INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

1.º Ano Turno da Noite

Ano letivo 2021/2022

15 de fevereiro de 2022

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO – EXAME DE RECURSO

I

Imagine que, na sequência da discussão sobre o problema da obesidade infantil, a Assembleia da República aprovou uma lei que vem regular a venda de bens alimentares em ambiente escolar, a qual contém uma formulação normativa segundo a qual “é proibida a venda de doces perto dos estabelecimentos de ensino”.

a) *Pode Zé Manuel, vendedor ambulante, vender doces na sua carrinha a 500 metros da Escola Básica Manuel do Nascimento de Monchique? (5 valores).*

- i.** Identificação do problema interpretativo: a palavra “perto” padece de incerteza linguística, mais concretamente de vagueza, o que leva à questão de saber se a venda de doces pelo vendedor ambulante a 500m da escola enunciada está ou não proibida;
- ii.** Explicitar que o problema não é meramente interpretativo, mas também aplicativo;
- iii.** Identificar os elementos interpretativos relevantes, em particular o elemento literal, o elemento teleológico e o elemento histórico (*occasio legis*), e proceder à sua aplicação ao caso concreto.
- iv.** Discutir e justificar a possibilidade de alcançar, no que toca ao resultado interpretativo, uma interpretação extensiva (ou restritiva) do enunciado normativo, não obstante as dúvidas acerca de saber se a venda de doces a 500m da escola se subsume ao termo perto.

b) *Suponha que, entretanto, um tribunal prolata uma decisão nos termos da qual a venda de doces a 500 metros de um estabelecimento de ensino não pode qualificar-se como venda de doces perto de um estabelecimento de ensino e, portanto, não se encontra proibida. Qual a relevância jurídica desta decisão judicial para a resposta à questão anterior? (3 valores)*

- i.** Explicitar que o que está em questão é saber se a jurisprudência configura uma fonte do direito no sistema jurídico português, e definir o conceito;
- ii.** Enunciar as teses sobre a relevância jurídica da jurisprudência e precedente na

doutrina nacional, e concluir que embora a jurisprudência não configure uma fonte do direito no sistema jurídico nacional, tal não a furta por inteiro de relevância jurídica.

- iii. Aludir à teoria do precedente subsidiário, explicitando que os princípios da segurança jurídica e da igualdade regulam a actividade decisória dos tribunais;

II

Responda de forma direta e sucinta às seguintes questões:

a) *Distinga, fundamentadamente, o conceito de interpretação restritiva do conceito de redução teleológica (3 valores).*

- i. Definir o conceito de interpretação restritiva, indicando as condições em que a mesma pode ocorrer, deixando bem claro que se trata de um resultado interpretativo que ocorre ainda no quadro do linguisticamente admissível, isto é, no âmbito da letra da lei;
- ii. Definir o conceito de redução teleológica, indicando as condições em que a mesma pode ocorrer, explicitando que a mesma é orientada pelo elemento teleológico e vai para além do linguisticamente admissível; relacionar com os conceitos de «desenvolvimento do direito» e de lacuna; e referir os problemas suscitados pela figura.

b) *Distinga, fundamentadamente, a operação da interpretação da operação da analogia (3 valores).*

- i. Definir a operação da interpretação como uma operação de determinação dos significados das formulações normativas, não deixando de indicar tanto o objecto (e discussão existente a esse respeito) quanto o resultado da interpretação;
- ii. Definir a operação analógica como uma operação de estabelecimento de semelhanças entre casos ou situações, a qual pode ser utilizada, por exemplo, no contexto da integração de lacunas.

III

Comente uma, e só uma, das seguintes afirmações (4 valores):

a) *“Apesar da discussão doutrinária sobre o assunto, a verdade é que a teoria objectivista da interpretação deve ser subscreta em detrimento da teoria subjectivista.”*

- i. Esclarecer que a interpretação jurídica, no tocante às respectivas finalidades,

costuma ser explicada opositivamente por referência a várias teorias, designadamente as teorias objectivista/ subjetivista e historicista/ actualista, as quais podem cruzar-se;

- ii. Relacionar a teoria objectivista com as formulações textuais criadas pelo legislador e a teoria subjetivista com a intenção do legislador;
- iii. Discutir as valias e os problemas de cada uma das duas teorias, eventualmente concluindo pela superioridade da objectivista.

b) *“Embora o costume constitua uma fonte do direito no sistema jurídico português, não pode dizer-se que não conheça limites jurídicos.”*

- i. Definir o conceito de costume, explicitando os seus dois elementos constitutivos, e enunciar explicativamente as modalidades de costume.
- ii. Aludir à discussão do costume enquanto fonte do direito no sistema jurídico português, sem deixar de notar que o Estado pode condicionar a sua relevância e os termos da sua aplicação;
- iii. Explicar que ainda que embora o costume consubstancie uma fonte do direito tal não significa que as normas consuetudinárias não conheçam limites normativos, em particular os que resultem de normas constitucionais; aventar a possibilidade de formação de costume constitucional.

Grupo I: 8 valores

Grupo II: 6 valores

Grupo III: 4 valores

Redação e sistematização: 2 valores

Duração da prova: 1h30